

Terceiro setor: para que serve?

O terceiro setor é a expressão da sociedade se organizando, de forma espontânea ou não, para ocupar as brechas deixadas pelo setor público e buscar compensar (ou sanar) as mazelas do processo de produção do setor privado.

E NCONTRAR uma alternativa ao trabalho formal na economia de mercado é tarefa crítica para cada país. É a preparação para uma era pós-mercado vai requerer atenção muito maior na construção do terceiro setor e na renovação da vida comunitária. Ao contrário da economia de mercado, que se baseia exclusivamente na produtividade e por isso é receptiva à substituição do trabalho humano por máquinas, a economia social está centralizada nas relações humanas, em companheirismo e em vínculos fraternais. É essa a saída para um futuro cada vez mais automatizado e sem trabalhadores apontada por Jeremy Rifkin, em seu livro *O fim dos empregos*. Assim, sob essa ótica, o terceiro setor pode ser a solução tanto para os muito bem empregados, que cada vez mais necessitarão de menos horas de trabalho dedicadas ao mercado, como para os desempregados, ou seja, aqueles expulsos do mercado: os primeiros por continuarem se sentindo sempre úteis e ocupados e estes como opção de sobrevivência.

Mas o que é, enfim, esse terceiro setor, expressão que até há bem pouco tempo era praticamente desconhecida no Brasil? A seguir, procuraremos explicitar o que é o terceiro setor (que muitos ainda confundem com o setor terciário da economia ou de serviços), o papel que vem assumindo nos outros países e sobretudo nos EUA e, por último, o seu papel no Brasil.

O que é o terceiro setor?

Resumidamente, podemos dizer que o terceiro setor (ou "setor social" ou "organizações da sociedade civil" ou ainda "organizações não-lucrativas") são as organizações privadas sem fins lucrati-

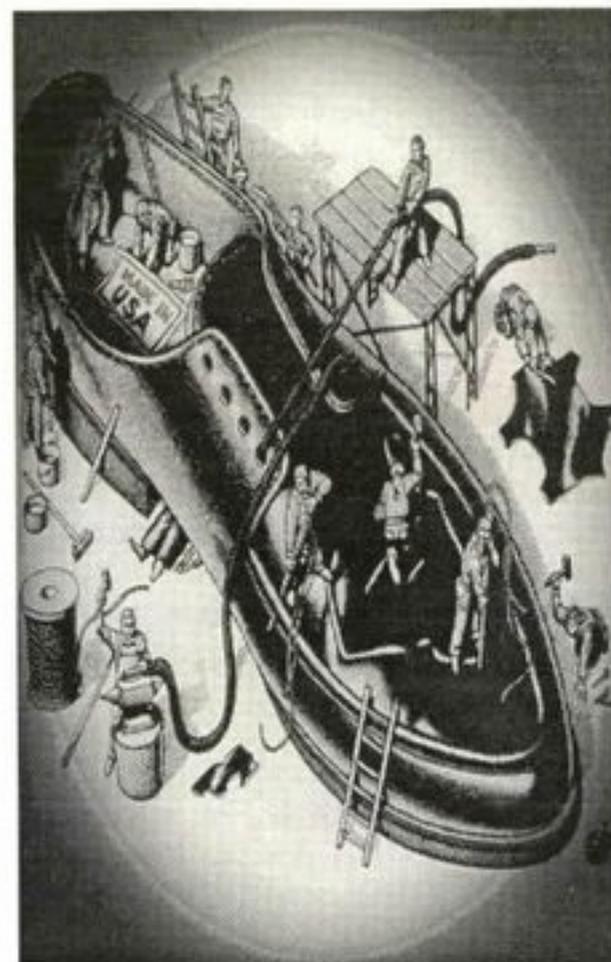
vos voltadas para a produção de bens ou para os serviços públicos. Desde já, esclareça-se que a expressão "terceiro setor" vem sendo utilizada em contraposição à idéia de que o primeiro setor é constituído pelo Estado e de que o segundo é formado pela iniciativa privada/empresas (ver quadro 1).

Entender o funcionamento do terceiro setor é tarefa das mais complexas, já que estão envolvidos interesses e agentes muito diversos e, às vezes, aparentemente irreconciliáveis. Por exemplo, a filantropia empresarial, freqüentemente utilizada como instrumento de *marketing* e de visibilidade para a empresa, convive nesse setor com sentimentos altruístas de ajuda ao próximo. Ao lado do trabalho voluntário, co-existe o trabalho de profissionais e de empregados, ou seja, daqueles que trabalham movidos não só pelo idealismo, mas também como forma de sua sobrevivência. Os recursos financeiros envolvidos provêm das mais diferentes fontes — dos próprios governos nacionais, de organismos oficiais e privados internacionais, de empresas e bancos nacionais e estrangeiros, de doações de caridade —, sem falar que vem crescendo a participação do autofinanciamento, ou seja, da geração própria de recursos, provenientes da ven-

Quadro 1
Os "quatro" setores

Agentes		Fins		Setor
Privados	para	Privados	=	Mercado
Públicos	para	Públicos	=	Estado
Privados	para	Públicos	=	Terceiro setor
Públicos	para	Privados	=	Corrupção

Fonte: Rubem Cesar Fernandes, *Privado porém público — O terceiro setor na América Latina*.



da de produtos e serviços dessas entidades sem fins lucrativos.

Com relação ao setor público, a grande vantagem do terceiro setor está relacionada justamente à atuação descentralizada, à estrutura leve e desburocratizada e ao contato permanente com a população-alvo, o que confere flexibilidade e agilidade muito grandes em seu processo de gestão. Portanto, a sua eficácia (poder de atingir os objetivos sociais) e a sua eficiência (relação custo-benefícios) na promoção do bem-estar social são bastante superiores às do setor público. O campo de atuação desse setor é muito amplo e diversificado, mas pode-se dizer que a defesa da cidadania é o elo comum entre todas essas áreas.

A diversidade de atuação do terceiro setor compreende as comunidades locais, saúde, idosos, crianças e adolescentes, educação, minorias excluídas, meio ambiente, direitos humanos, cultura, esportes, lazer, drogas, violência etc.

Da área empresarial, o terceiro setor vem cada vez mais adotando as modernas técnicas de gestão, como os modelos de planejamento, *fundraising* e *marketing*. A figura do "projeto social" vem se firmando como o instrumento institucional por excelência: financia-

mentos só são obtidos mediante a apresentação de projetos consistentes e que são permanentemente avaliados. Por outro lado, o elevado grau de participação e de envolvimento de toda a equipe de trabalho com a *missão*, que foi sempre o traço marcante desse setor social, vem, de certa forma, sendo *copiado* pelo setor privado. Apesar da semelhança crescente na estratégia de ação entre esses dois setores, são notórias as suas diferenças (ver quadro 2).

Como surgiu

Há uma versão mais ou menos dominante de que a expansão do terceiro setor nos últimos anos está associada à crise generalizada do Estado do bem-estar social. Até então, imperava a visão dicotômica do privado *versus* público. Foi assim durante o Estado liberal, que não deveria intervir no mercado e em nenhuma de suas forças e fatores, sob pena de influir negativamente no equilíbrio natural que ele propiciava. Com a crise do Estado liberal no início do século XX, o Estado do bem-estar, em suas vertentes capitalista e comunista, passou a assumir papel estratégico, intervindo diretamente tanto na área econômica como na social, através de crescente aparato burocrático.

Mas já nos anos 70, tem início a crise desse Estado centralizador e autoritário, provocada por sua própria estrutura cada vez mais lenta, pesada e ineficiente, incompatível com o modelo econômico de produção globalizado e dinâmico, que se instalava em nível mundial. A partir de então, nos diversos países e cada um a seu ritmo, assiste-se à transformação daquele Estado social-burocrático no Estado social-liberal, coerente com a nova agenda econômica neoliberal dominante — no Brasil, essa transformação só é deflagrada mesmo a partir dos anos 90. Nesse novo modelo de Estado, participação e cidadania constituem palavras de ordem, no sentido de se formar uma parceria entre o Estado e a sociedade para a promoção do bem comum.

Sob esse enfoque, a gênese do terceiro setor está associada à ocupação das brechas deixadas por aquele Estado social-burocrático, que se tornou fragilizado e incapaz de cumprir as suas funções sociais básicas. Teme-se, nesse caso, que as diversas alianças que vêm surgindo do Estado com a sociedade civil assumam caráter de concessão do poder

Quadro 2
Setor privado x terceiro setor

Empresa privada	Organização do terceiro setor
1. Visa lucro	1. Sem fins lucrativos
2. Tem dono	2. Sem dono (pode ter instituidor)
3. Dirigentes do Conselho remunerados	3. Não remunera dirigentes do Conselho
4. Tem empregados	4. Tem voluntários e empregados
5. Finalidade comercial	5. Finalidade social
6. Não-filantrópica	6. Pode ser filantrópica
7. Patrimônio dividido (se extinta)	7. Patrimônio repassado (se extinta)
8. Venda de bens e serviços no mercado	8. Angaria recursos a fundo perdido
9. Sigilo nos negócios	9. Estratégia da transparência

Fonte: Pontos levantados no "Curso de capacitação profissional para gestão de organizações do terceiro setor", ministrado entre 2 e 6 de dezembro de 1996 pela FGV/EBAP-EAESP.

público, sendo tuteladas por este e sob constante ameaça de rompimento.

Além da crise do Estado e da própria perspectiva ameaçadora do desemprego generalizado, a expansão recente do terceiro setor em âmbito mundial pode ser atribuída também a outras razões, como mostra Lester Salamon em seu artigo "The rise of the nonprofit sector". A crise do desenvolvimento, deflagrada sobretudo pelos choques do petróleo dos anos 70 e pela recessão dos anos 80, fez com que 1/5 da população mundial viva atualmente em situação de pobreza absoluta. Além de ter uma implicação direta no agravamento da chamada culpa social, receia-se que essa crise possa vir a provocar tamanho encolhimento no mercado consumidor internacional a ponto de inviabilizar o próprio processo produtivo no longo prazo. A crise do meio ambiente, que de certa forma é um reflexo da crise anterior, tem também estimulado a ação de grupos privados no sentido de salvaguarda da natureza. E, por último, ele menciona o avanço no nível educacional e nos meios de comunicação, que tem possibilitado maior grau de mobilização e de organização das pessoas inter e intrapaíses.

Terceiro setor e tradição filantrópica

Não se pode dizer que o terceiro setor seja um fenômeno recente. Ao contrário, ele é bastante antigo, pondo, assim, por terra o chamado "mito da imaculada concepção", muitas vezes a ele associado e segundo o qual essas organizações sem fins lucrativos estariam surgindo somente agora. Só para citar alguns exemplos, esse tipo de atividade já era desenvolvido desde a Antiguidade, na China, e foi fortalecido e institucionalizado sob o Budismo desde pelo

menos o século VIII. Também no Japão, a atividade filantrópica podia ser encontrada no período budista e sua primeira fundação, a Sociedade da Gratidão, foi criada em 1829, quase um século antes da primeira fundação norte-americana. No Leste europeu, a tradição filantrópica já estava presente muito antes da implantação do comunismo na região. Por sua vez, na América Latina, e mais particularmente no Brasil, a noção de filantropia esteve sempre muito associada à religião e à caridade desde a época da colonização.

Há que se reconhecer, todavia, que nos últimos 30 anos o fenômeno da filantropia vem se acelerando e ganhando dimensão planetária e formal, deixando de ser uma prática marginal e restrita aos chamados grupos de pessoas de bom coração. Exemplificando esse avanço recente do setor social, Lester Salamon cita que na França foram criadas mais de 54 mil associações no setor não-lucrativo somente no ano de 1987, em contraste com 10 a 12 mil por ano na década de 60. Já a arrecadação das organizações filantrópicas britânicas cresceu 221% entre 1980 e 1986. Das organizações voluntárias encontradas na Itália em 1985, 40% haviam sido criadas depois de 1977.

Segundo Rifkin, o terceiro setor tem desempenhado papel cada vez mais importante em todos os países. Ou seja, as pessoas estão criando novas instituições, tanto em nível local quanto nacional, para suprir necessidades que não estão sendo atendidas pelo mercado ou pelo setor público. Nos EUA, por exemplo, enquanto o setor empresarial constitui 80% da atividade econômica e o setor governamental é responsável por mais de 14% do produto interno bruto,

o terceiro setor contribui atualmente em mais de 6% para a economia e é responsável por 9% do emprego total. Isso significa que mais pessoas estão empregadas nas organizações sem fins lucrativos do que nos setores da construção, eletrônica, transporte ou têxtil. Ressalte-se que nesse país a cultura da filantropia já é algo bastante arraigado, em que aproximadamente 51% dos adultos norte-americanos doam seu tempo a alguma causa ou organização.

Só para se ter uma idéia da magnitude atual desse fenômeno da "globalização da economia social", no Reino Unido as organizações voluntárias têm uma receita em torno de 4% do PIB e envolvem, de alguma forma, 39% da população do país. Na França, o emprego no terceiro setor cresceu ultimamente de tal forma que já é responsável por 6% do emprego total, enquanto vêm se reduzindo os empregos voltados para o mercado. Na Alemanha, o setor sem fins lucrativos contribui em quase 2% para o PIB do país e emprega mais pessoas do que o setor agrícola. Na Europa Central e na Oriental, com o colapso do Partido Comunista, o terceiro setor se tornou fonte para novas idéias e reformas e se estima a existência de mais de 70 mil ONG nos países da região. Já nos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo, existem atualmente mais de 35 mil organizações voluntárias (ONG) envolvidas em combate à fome, assistência médica preventiva e planejamento familiar, programas educacionais, moradia e direitos políticos.

A filantropia empresarial nos EUA

Pode parecer contra-senso que as empresas norte-americanas estejam recentemente demitindo em massa e gerando desemprego (como estratégia de competitividade) e, ao mesmo tempo, cada vez mais expandindo e reestruturando a prática da filantropia — ou seja, investindo em causas sociais. Até os anos 80, a filantropia não passava de um projeto pessoal de doação dos donos das companhias; de lá para cá, porém, torna-se crescente o número de empresas que vêm aderindo ao novo paradigma de filantropia, que associa interesses próprios (de negócios) com a promoção do bem-estar social. Nesse sentido, grandes companhias estão revendo sua linha de ação no campo da filantropia, como a Kodak, Allstate (seguros), Citicorp, Reebok, Johnson & Johnson, Phillip

Quadro 3

Filantropia empresarial – EUA: o novo paradigma da "ajuda útil"

Empresa	Atuação no campo da filantropia
Arco (construção de dutos em terra)	• Formação de alianças com grupos de meio ambiente.
AT&T (telecomunicações)	• Criação de uma fundação polivalente (1984) que passou a atuar em sinergia com as áreas de <i>marketing</i> (patrocínio de eventos de arte), de relações com o Governo (a partir de sua participação no Programa do governo de Suplementação Alimentar a Crianças e Mães Carentes) e de recursos humanos (através de Centros de Atendimento aos Familiares de seus Trabalhadores – crianças e idosos).
Reebok (sapatos)	• Defesa dos direitos humanos em países da Europa Central e do Terceiro Mundo.
McDonald's (restaurantes)	• Casas de atendimento (154 em todo o mundo) a crianças em estado terminal de câncer.
IBM (informática)	• Atuação internacional. No Japão dedica-se à produção de equipamentos especializados (<i>hardware</i> e <i>software</i>) para deficientes físicos e na contratação dessa mão-de-obra.
American Express (crédito)	• Atuação internacional. A fundação criada estimula o turismo na Hungria, atuando também na formação de mão-de-obra nessa área.

Fonte: Craig Smith, *The new corporate philanthropy in Harvard Business Review*, maio-junho 1994.

Morris, Merck, DuPont e Coca-Cola, só para citar algumas.

Nesse novo modelo, a filantropia não perde o sentido humano de ajuda ao próximo, mas há que se reconhecer que passa a ser também poderosa aliada dos negócios da empresa no sentido de aumentar a sua visibilidade e simpatia junto ao mercado consumidor, não apenas nacional como também internacional, de superar obstáculos de regulamentação, de aumentar a produtividade de seus empregados e gerar sinergia entre as diversas áreas da firma. O que vem se observando, segundo esse novo paradigma, é que a área de atuação de filantropia da empresa está cada vez mais, direta ou indiretamente, relacionada com a sua atividade-fim. No quadro 3, são apresentadas algumas experiências de filantropia empresarial tidas como bem-sucedidas nos EUA, segundo esse enfoque de "ajuda útil".

O terceiro setor no Brasil

Evolução histórica

O terceiro setor sempre esteve presente na história do Brasil. No entanto, somente agora, nos anos 90, é que ele começa a se distinguir dos setores público e privado. Na realidade, constitui uma composição híbrida de ambos, o que lhe confere características bem específicas e complexas (objetivos públicos e constituição privada). A partir das análises

feitas por Rubem Cesar Fernandes e Leilah Landim, podemos identificar quatro momentos distintos na evolução do terceiro setor no Brasil.

No primeiro momento, que se estende desde a época da colonização até meados do século XX, a Igreja Católica sempre teve uma atuação dominante na prestação direta de serviços sociais e assistenciais (através dos asilos e orfanatos), e também na área de saúde (as Santas Casas de Misericórdia, a título de exemplo) e da educação (a proliferação das várias ordens de colégios católicos). Assim, as chamadas associações voluntárias nesse período existiram basicamente no espaço da Igreja Católica ou sob sua égide, permeadas pelos valores da caridade cristã e tendo como pano de fundo as complexas relações dessa instituição com a Igreja.

Com o advento do Estado do bem-estar social a partir de 1930, com o governo populista de Getúlio Vargas, o Estado toma para si a função assistencial, conferindo-lhe o caráter de política pública. Nesse segundo momento, às organizações sem fins lucrativos é atribuído papel de colaboração nas políticas públicas sociais e esse papel se torna de certa forma legitimado. Tanto é que, em 1935, é promulgada lei declarando de utilidade pública essas entidades. Segue-se em 1938 a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e se

As organizações do terceiro setor no Brasil

Associações — É um termo que, no Brasil, traz em si uma conotação de sem fins lucrativos. Por adesão voluntária, indivíduos se organizam para promover algum objetivo de seu interesse comum. Para a sua existência legal, a entidade deve ser registrada no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, devendo antes ter o seu estatuto publicado no *Diário Oficial*. Nas associações, o patrimônio é constituído pelos sócios e são eles que ditam a missão da organização. Exemplos: associação de moradores, de pais, de médicos; associação de lazer (clubes), cultural etc.

Organizações não-governamentais (ONG) — Não é um termo jurídico; tem mais uma conotação política. Indica compromisso com a sociedade civil organizada, movimento social, transformação social. Legalmente, são registradas como associações civis sem fins lucrativos. Distinguem-se, porém, das associações por não terem — ou raramente terem — a conotação de *membership organization*, existindo, ao contrário, *para servir* a grupos e movimentos sociais exteriores a ela. Diferenciam-se também das instituições filantrópicas por não pretenderem nem de longe exercer qualquer prática de assistencialismo. Podem captar recursos tanto no exterior como também dentro do país. Exemplos dos principais campos de atua-

ção das ONG no Brasil: direitos humanos, saúde, minorias excluídas, meio ambiente, educação, pesquisa etc.

Instituições filantrópicas (de caridade e assistência) — No Código Civil brasileiro, são também classificadas como associações ou sociedades sem fins lucrativos. São organizações voltadas para servir a um público exterior a elas mesmas: é o caso da assistência social (asilos, orfanatos, abrigos para indigentes etc.) e do atendimento à saúde e à educação. Vivem sobretudo de doações e de recursos do governo.

Fundações privadas — É uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A criação de uma fundação se dá, segundo o Código Civil, pelo instituidor, que, através de uma escritura ou testamento, destina bens livres, especificando o fim a ser alcançado. A filantropia empresarial no Brasil é um fato recente, exercida através de ação direta da empresa (doações) ou através da criação de uma fundação privada.

Fonte: Leilah Landim, "Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil" (Iser); e PNUD/Ipea, "Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996".

estabelece que as entidades nele inscritas estariam aptas a receber subsídios governamentais. Quanto à Igreja, ela continua sendo importante aliada do setor público no campo social e, em muitos casos, recebendo financiamentos do Estado para suas obras sociais.

O autoritarismo dos anos 70 impõe novo modelo de atuação ao terceiro setor embrionário. Às instituições de caráter eminentemente filantrópico e assistencial vêm se juntar as organizações comunitárias e os chamados movimentos sociais. (Como não se podia agir sobre a sociedade como um todo, com a extinção dos sindicatos, dos partidos políticos e das organizações estudantis e outros canais tradicionais de expressão, passou-se a atuar no nível micro, isto é, das bases do *edifício social*.) Essas organizações formadas nesse terceiro momento visavam ser porta-vozes de problemas localizados (exemplo típico são as associações de moradores, que se multiplicam com uma velocidade enor-

me) e sobretudo expressão de denúncia da situação de extrema injustiça e desigualdade que grassava no país. É no contexto dessa segunda linha de ação que surgem no Brasil as ONG (sobre a sua definição, ver box). É importante lembrar que nesse período se torna bastante conflitiva a relação entre a ala progressista da Igreja Católica, inspirada na Teologia da Libertação e nas Conferências de Medellín e Puebla, e o Estado: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) se multiplicam na defesa dos pobres e dos oprimidos.

Finalmente, o quarto momento na história do terceiro setor no Brasil é marcado fundamentalmente pela redemocratização do país a partir dos anos 80 e pela falência do modelo do Estado do bem-estar social a partir dos anos 90. A questão da cidadania e dos direitos fundamentais passa a ser prioridade nessa nova agenda de atuação. Aos poucos, vai se formando uma relação de parceria entre o Estado e essas entida-

des privadas sem fins lucrativos na promoção do bem-comum. As ONG perdem aquele caráter eminentemente contestatório que as caracterizavam na década anterior e se firmam como entidades com existência própria e independente, na defesa da cidadania. Pode-se dizer que é a partir de então que essas organizações privadas sem fins lucrativos começam a impor um espaço próprio no cenário nacional, tal a sua expansão quantitativa e qualitativa, como também o seu crescente grau de organização enquanto grupo¹, de tal forma que já se pode falar atualmente na configuração de um terceiro setor — apesar, é claro, do alto grau de heterogeneidade das instituições que o compõem.

A configuração atual

A mensuração do terceiro setor ainda se encontra bastante incipiente e falha no Brasil. Atualmente, as principais fontes de informação são o IBGE (apenas no que se refere ao levantamento dos ór-

gãos de assistência médico-sanitária, sindicatos, museus, clubes esportivos e bibliotecas) e a Secretaria da Receita Federal. A propósito, apesar de estarem isentas de impostos, as organizações sem fins lucrativos devem enviar anualmente à Secretaria a declaração de isenção do imposto de renda. Pelo fato mesmo de estarem isentas do imposto, não existe um interesse maior na sua fiscalização por parte da Receita.

Além da deficiência do atual sistema estatístico nacional, que ainda não concede o devido valor às informações referentes ao terceiro setor, Landim sugere que, em grande medida, essa deficiência de dados se deve também ao aspecto da ilegalidade, não raras vezes presente nesse setor, que faz com que muitas organizações intencionalmente "prefiram a sombra", na medida em que se constituem como sem fins lucrativos apenas para se aproveitarem das vantagens fiscais que a lei lhes concede (é a chamada *pilantropia*).

Afora esse problema do acesso precário da informação, não se tem ainda um sistema padronizado de conceitos e terminologias relativas ao setor. Exemplo dessa dificuldade no estabelecimento do que deve ser ou não classificado como terceiro setor é o caso dos sindicatos. Isso porque, ao mesmo tempo que cumprem funções econômicas típicas de mercado, cumprem também funções importantes no campo dos direitos do cidadão e, muitas vezes, do serviço social. Outro exemplo dessa dificuldade em se estabelecer a fronteira do terceiro setor diz respeito às instituições de ensino: muitas das escolas privadas de primeiro e segundo graus são registradas como sem fins lucrativos, ou seja, ficando muito tênue a distinção entre essas escolas e aquelas com fins lucrativos. Vale observar também que, no Brasil, todos os estabelecimentos privados de educação superior são legalmente entidades sem fins lucrativos.

Segundo Landim, deve-se atentar também para o fato de que um número significativo das fundações (ver box) no país não representa organizações privadas sem fins lucrativos, mas sim organizações quase-governamentais. Na realidade, a criação dessas fundações é, muitas vezes, uma forma encontrada pelos diversos níveis do poder público de escaparem às amarras e restrições legais que pesam sobre os órgãos governamentais, tais como a necessidade de

Quadro 4

Brasil – organizações do terceiro setor por categoria jurídica e por finalidade – 1991

Por categoria jurídica	Distribuição percentual
Fundações	5,8
Associações	89,1
Sindicatos de empregadores	1,5
Sindicatos de empregados	2,6
Confederações e federações	1,0
Total	100,0
<hr/>	
Por finalidade	
Beneficentes, religiosas e assistenciais	29,1
Culturais, científicas, educacionais	18,7
Esportivas e recreativas	23,3
Associações, sindicatos e federações de empregadores	2,9
Associações, sindicatos e federações de empregados	4,5
Associações de autônomos e profissionais liberais	1,8
Outras	19,7
Total	100,0

Fonte: Leilah Landim, *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*, Iser.

fazer sempre licitação para contratação de serviços e mão-de-obra ou a compra de material, dificuldade e demora no recebimento de verbas, restrição a contratações mesmo quando estas se mostram prementes etc.

Apesar de todas essas limitações, é interessante ter uma idéia do levantamento disponível sobre o terceiro setor no Brasil, cujos resultados estão apresentados no quadro 4. Observa-se que a forte participação da categoria das associações se deve à sua abrangência na classificação legal (como se pode ver no box, tanto as instituições filantrópicas como as ONG estão classificadas sob essa rubrica). Quanto à finalidade, fica nítido o predomínio da categoria das "religiosas, beneficentes e assistenciais", seguidas pelas "esportivas e recreativas", que juntas representam 52,4% do universo analisado. A forte presença da categoria outras (19,6%) aponta para a imprecisão dessa classificação — as organizações comunitárias e os movimentos sociais provavelmente estão aí incluídos.

Alerta final

O terceiro setor é a expressão da sociedade se organizando, de forma espontânea ou não, para ocupar as brechas deixadas pelo setor público e buscar compensar (ou sanar) as mazelas do processo de produção do setor privado.

Tem tudo para dar certo, mas alguns alertas devem ser feitos:

- Não podemos nos deixar embalar pelo chamado "mito da pura virtude" de que normalmente se reveste esse setor. Apesar da *pureza* dos fins, a natureza humana é propensa ao erro e não se tem como fugir a essa realidade. Torna-se, portanto, imprescindível estar sempre atento a problemas de corrupção, desvios e malversação dos recursos envolvidos.
- Outro risco sempre presente, e para o qual se deve manter constante vigilância, é a reprodução de uma nova estrutura burocratizada e hierárquica, com todos os vícios de uma estrutura pública.
- E, finalmente, é importante garantir que as vantagens potenciais do terceiro setor *vis-à-vis* o setor público sejam sempre preservadas, quais sejam, a flexibilidade de ação, a estratégia participativa e a constante interação com a população-alvo. 

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES
Economista do IBRE/CEEG

¹Criação do Gife (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas), da Abong (Associação Brasileira de ONG), e do Cebrap (Centro Brasileiro de Fundações).